



**B200**

**Flexibilização das relações de trabalho: até aonde o capitalismo irá nos levar?**

**Roberta Aguzzoli** - PPGA/ UFRGS

**Vanessa Manfredini** - PPGA/ UFRGS

**Elaine Di Diego Antunes** - PPGA/ UFRGS

**RESUMO**

O avanço tecnológico junto às ações balizadoras da economia capitalista potencializaram a globalização. A rapidez com que as distâncias são percorridas permite que as fronteiras territoriais sejam suprimidas, proporcionando às empresas multinacionais, com capital destinado a investimento, possibilidades de produzir a um menor custo. A existência de nações pobres, ou em desenvolvimento, onde a mão-de-obra é pouco qualificada e “abundante”, possibilita que tais empresas internacionalizem suas atividades em busca de uma maior competitividade. Assim, trabalhadores destas regiões, sem muitas alternativas, acabam submetendo-se às regras impostas pelas multinacionais, a fim de garantir seu sustento e sua inclusão social. Desta forma, objetiva o presente artigo, através de uma discussão teórica, verificar como a globalização está impactando nas relações de trabalho, quais os efeitos da flexibilização; e, até que ponto será sustentável para a economia global fragmentar a relação entre empresa, sociedade e empregado.

**Área Temática:** Reestruturação setorial no contexto da globalização

**Palavras-Chave:** Capitalismo, flexibilização, relações de trabalho.

**Flexibilisation des relations de travail : jusqu'ou nous mènera le capitalisme ?**

**Résumé :** L'avancée de la technologie et les actions stratégiques de l'économie capitaliste ont renforcé la globalisation. La vitesse à laquelle les distances sont désormais parcourues rend possible la suppression des frontières entre les territoires et permet aux entreprises multinationales ayant du capital destiné à l'investissement de produire à un moindre coût. L'existence de nations pauvres, ou en voie de développement, où la main d'œuvre est peu qualifiée et abondante, permet à ces entreprises d'internationaliser leurs activités à la recherche d'une plus grande compétitivité. Les travailleurs des régions pauvres, qui n'ont pas d'autres alternatives, finissent par se soumettre aux règles imposées par les multinationales, dans le but de garantir leur subsistance et leur insertion sociale. Dans ce contexte, cet article se propose de vérifier, à travers une discussion théorique, l'impact de la globalisation sur les relations de travail, les effets de la flexibilisation et jusqu'à quel point l'économie globale sera capable de fragmenter la relation entre entreprise, milieu social et employé.

**Champ thématique :** Restructuration sectorielle dans le contexte de globalisation.

**Mots-clés :** Capitalisme, flexibilisation, relations de travail.

**1. Introdução**

O intercâmbio cultural, econômico e político permite que não haja fronteiras físicas na globalização, resultando na adoção de um modelo de capital livre. Neste processo, as distâncias territoriais não importam (BAUMAN, 1999). Essa ausência de limites geográficos foi disseminada pela evolução dos transportes, pois permitiram a aceleração e a difusão das mercadorias produzidas localmente para qualquer lugar do globo. Os produtos passaram a não se limitar por sua perecibilidade, nem pelo mercado onde operava a empresa, uma vez que os meios de transporte encurtaram distâncias e tempo para percorrê-las. Isso possibilitou ainda, que as organizações descentralizassem a produção de bens, transferindo-as ou implementando filiais em qualquer local que determinassem mais conveniente (HOBBSAWM, 2000). Neste contexto o presente artigo objetiva discutir como a

globalização está impactando nas relações de trabalho, quais os efeitos da flexibilização; e, até que ponto será sustentável para a economia global fragmentar a relação entre empresa, sociedade e empregado.

Atualmente, a proximidade física da empresa ou sua distância em relação aos acionistas não preocupa, pois ela pode ser movida para a localidade onde a produção de mercadorias seja mais rentável (BAUMAN, 1999). Não há mais a necessidade de um território concreto (RODRIGUES, 2001). Ademais, a economia global, impulsionada pelas políticas de desregulamentação e da liberação promovida pelos governos e instituições internacionais, desvincula-se à idéia de que as organizações necessitam estar próximas da matéria-prima ou de sua mão-de-obra (RODRIGUES, 2001; BARQUERO, 2002; CASTELLS, 2002). Desta forma, segundo Castells (2002), pode-se afirmar que existe uma economia global, pois as economias de todo o mundo dependem do desempenho de seu núcleo globalizado. Tal núcleo, por sua vez, representa os componentes estratégicos da economia global, interligados mundialmente através do sistema econômico, cujos componentes são: o comércio internacional, a mão-de-obra especializada, os mercados financeiros, a produção transnacional, a ciência e a tecnologia. Castells (2002) define a economia global “como uma economia cujos componentes centrais têm a capacidade institucional, organizacional e tecnológica de trabalhar em unidade e em tempo real, ou em tempo escolhido, em escala planetária” (CASTELLS, 2002, p. 143).

Ao se considerarem aspectos culturais e históricos, observa-se que a troca estabelecida entre culturas não é um fenômeno recente. No entanto, foi a partir da década de 1980, que houve esta intensificação nos processos de interação entre as distintas economias capitalistas operantes no globo, dando origem à chamada globalização, como hoje é conhecida (DUPAS, 1999; FUJII, 2004). Conforme Castells (2002), a intensificação do processo de globalização teve origem na reestruturação capitalista a partir de 1980.

O modelo Keynesiano de crescimento capitalista, adotado após a segunda guerra mundial, levou prosperidade e estabilidade social a maior parte das economias de mercado. Quase três décadas depois, atingiu suas próprias limitações, nos anos de 1970, manifestando-se através de um elevado índice de inflação. Nos anos 80, após um período de recessão mundial (especialmente em países africanos e da América Latina), o Fundo Monetário Internacional (FMI) adotou políticas que suspenderam a concessão de recursos e reduziram os salários e as importações a fim de homogeneizar “as condições de acumulação de capital global em todo o mundo” (CASTELLS, 2002, p. 56). Ao longo da década de 1990, a globalização passou por importantes transformações, havendo um esforço em favor da desregulamentação, do processo de privatizações e da derrocada do contrato social entre capital e trabalho (HOBSBAWM, 2000; CASTELLS, 2002). Assim as reformas objetivavam:

aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital, globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização de lucros em todos os lugares; e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público (CASTELLS, 1999, p. 55).

A aceleração no processo de globalização deve-se a mudanças no sistema produtivo, nas relações de trabalho e na economia Internacional (FUJII, 2004). Para Hobsbawm (1995), a globalização abarca uma divisão laboral cada vez mais elaborada e complexa; uma maior rede de fluxos e intercâmbios que ligam as partes da economia mundial a um sistema global.

Assim, mercados econômicos, nesta nova etapa da globalização, vêem o aumento de sua concorrência, o que alude ajustes nos sistemas produtivos de países e regiões já globalizados. Não obstante, o aumento da concorrência permite que a matéria-prima e os produtos intermediários mantenham preços estáveis e competitivos (BARQUERO, 2002). Neste processo, a liderança global ficaria com os Estados Unidos e demais nações da

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), alguns países desenvolvidos do leste Asiático e da América Latina, que privatizaram muitas de suas empresas públicas, liberalizaram o mercado e abriram a economia ao capital internacional.

Atualmente, a globalização e a fase do capitalismo correspondente, segundo Barquero (2002), são, em grande parte, descritas por indicadores que envolvem o incremento da economia mundial e dos mercados, sua internacionalização, a redução do papel do Estado, a importância dedicada às multinacionais, a relação das economias, as distintas maneiras de regionalização e o fortalecimento de blocos econômicos. Além disso, estes fatores facilitam a criação de uma interdependência global dos mercados de capital, que passam a ser gerenciados a qualquer momento por economias globalmente interligadas, funcionando em tempo real (BARQUERO, 2002; CASTELLS, 2002).

As empresas, nestes casos, passam a ser coordenadas por uma realidade reticular, onde as redes cibernéticas dão vazão a um espaço etéreo. Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento da tecnologia, que permita fazer da distância, um produto social resultante da velocidade com a qual as distâncias possam ser vencidas (CASTELLS, 2002; BAUMAN, 1999). A globalização não é apenas a criação de uma economia mundial, ela depende da eliminação de obstáculos técnicos, não econômicos, e resulta da abolição da distância e do tempo (HOBSBAWM, 2000).

Embora a globalização encurte as distâncias e o tempo, ela está vinculada a territórios onde se dá a produção de certas empresas. As chamadas cidades globais são locais estratégicos na produção de funções que a matriz de uma empresa não mais contém. Tais espaços gerenciam e controlam a economia global. Ou seja, esta economia se materializa através de territórios nacionais, por meio de “arranjos institucionais nacionais e de atos legislativos não contados, necessariamente como os estrangeiros” (SASSEN, 1999, p. 102). A existência destas cidades abre precedente para a busca daqueles locais que atraíam o capital internacional implicando na otimização de resultados. Esse movimento engloba o processo de internacionalização de multinacionais em busca da expansão de mercados e redução de custos, objetivando maior lucro e competitividade no mercado.

Entretanto esta idéia de espaço não é recente. A idéia de globalização como compressão do espaço e do tempo foi difundida principalmente por sociólogos como David Harvey (1989) e Anthony Giddens (2000). Harvey (1989) argumenta que a ordenação simbólica do espaço e do tempo gera o cenário para as experiências pelas quais os indivíduos aprendem o que são e qual seu lugar na sociedade. Desta forma, a organização do espaço definiria as relações, não apenas entre as atividades, as coisas e os conceitos, mas também entre as pessoas, deliniando, por sua vez, as relações sociais. Por outro lado, o espaço e o tempo representam fonte de valor e poder. Desta maneira, as empresas capitalistas calculariam os custos de produção em termos do tempo necessário para conquistar os resultados, e o trabalho é submetido a uma constante pressão para reduzir o tempo de realização de uma determinada tarefa. Portanto, esta compressão do espaço e do tempo, possível pelas transformações tecnológicas do mundo contemporâneo, daria um poder crescente para o capital globalizado, em oposição ao poder dos trabalhadores, com menor ação global e em muitos casos aprisionados na localidade.

Desta forma, a globalização com sua realidade reticular, eliminação de barreiras físicas, encurtamento de distâncias e tempo permite que a internacionalização ocorra pela demanda de regiões que beneficiarão a produtividade e a lucratividade da empresa. As variáveis existentes neste processo é que moldarão as ações da subsidiária, suas políticas e práticas. Assim, objetiva o presente estudo verificar como o capitalismo tem influenciado as Relações de Trabalho. Para tanto discutir-se-a a evolução das relações de trabalho, a globalização e o papel da internacionalização na nova gestão de pessoas.

## **2. O Processo de Internacionalização e as Relações de Trabalho**

O aumento de países integrantes ao processo de globalização faz com que as empresas busquem regiões que lhes agreguem maior vantagem competitiva. Essa procura resulta da rapidez proporcionada pela globalização que dinamiza os processos produtivos e a comunicação entre as organizações e suas unidades. Assim, as multinacionais observam

a atual importância das subsidiárias, na manutenção da competitividade de sua matriz em operações globais. Deve-se observar que a internacionalização de uma empresa, assim como sua necessidade em globalizar suas atividades poderá assumir formas bastante variadas, alteradas de acordo com a natureza da atividade da empresa, a sua dimensão e, na maior parte dos casos, os parâmetros que caracterizam sua situação interna (LEMAIRE, 1997).

A multinacional pode apresentar vantagens, se buscar outras formas de diferenciar seus produtos, como, competir através de uma liderança no custo, ou na diferenciação do segmento que pretende atingir. Desta maneira, a vantagem competitiva de uma organização repousa no valor que seus produtos têm para seus compradores, considerando o custo para fabricá-los (PORTER, 1990). Desta forma, a internacionalização de mercados não está restrita unicamente à dotação de recursos produtivos, mas à tecnologia disponível e aos insumos (MATTUELLA, 1994). Não obstante, Wright et al. (2000) atentam para os objetivos específicos de uma empresa ao buscar novas regiões de produção. Tais metas podem transcender vantagens competitivas e comparativas e abranger razões legais, políticas ou mesmo para uma compreensão global das necessidades dos consumidores.

### **3. A Evolução do Trabalho**

A busca por novos mercados ou por valores que agreguem vantagens competitivas e reduzam os custos transformam as relações de trabalho de forma gradual. A análise das mudanças no mundo do trabalho, portanto, deve considerar a segmentação como um marco histórico na constituição do mercado. Ao se resgatar o advento do capitalismo a partir do século XVI, parte-se de uma sociedade que eliminava as formas de servidão existentes no feudalismo. Nesta sociedade, emergia um tipo de homem que valorizava a si mesmo; não sendo destacado por sua posição social, mas por ter adquirido determinado poder econômico. Desta forma, começa a conquistar poder político e prestígio social (burguês), reconhecendo o trabalho como uma unidade do corpo (natureza) e do espírito (vontade livre). Este modo de produção, passa a ser constituído por homens considerados 'livres', no qual enquanto alguns conseguiam atingir o status de proprietários privados dos meios de trabalho; outros, os trabalhadores livres, vendiam sua força de trabalho para manter sua subsistência e a de sua família. Estes últimos, despojados, das condições de servidão predominantes no feudalismo, passavam a serem excluídos dos meios de trabalho (CHAUI, 1994). Este novo modo de produção, conforme a autora, trazia algo intrínseco à sua existência. Ou seja, o capital não teria como se reproduzir e se acumular sem a exploração do trabalho e do trabalhador, expressando a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção (MARX, 1996).

Corroborando a Chauí, Dias (1998), que cita que o capitalismo, desde seu início, teve que se revolucionar sem cessar e expropriar os trabalhadores, não apenas em relação aos instrumentos de produção, mas também no que diz respeito ao conhecimento e à identidade; expropriando-os na sua própria condição de existência enquanto classe, confirmando assim que a história do sistema capitalista é a história da "reestruturação produtiva".

Já o padrão de produção vigente durante o século XX, segundo Heloani (2003), foi o denominado Taylorista/Fordista. Com o aperfeiçoamento do processo industrial, a produção passou a ser feita através de unidades produtivas concentradas e verticalizadas e controle rígido dos tempos e dos movimentos. Este padrão produtivo, no intuito de aumentar as taxas de lucro em seu processo, incorporou, ao longo dos anos, uma nova modalidade de gestão fabril, deixando de ser o único modelo dominante no processo de produção industrial. Assim, Dias (1998) afirma que o taylorismo disciplinou os trabalhadores a partir de uma perda da subjetividade, onde deixavam de ter o controle sobre o processo, passando a respeitar movimentos e um curto tempo de execução para a tarefa. Para o autor, esta "nova" subjetividade auxiliou na fragmentação dos sindicatos.

Surgia, então, um novo modelo, que de acordo com Antunes (1996 e 1998), foi denominado Toyotismo. Suas principais configurações caracterizaram-se pela produção flexível, a existência de grupos ou equipes de trabalho utilizadoras da microeletrônica e a

produção heterogênea, que mantinha os estoques reduzidos. Por outro lado, dentre os impactos sociais ocorreu o aumento da terceirização e da precarização do trabalho. Em relação a este contexto, pode-se observar suas implicações sobre o atual mundo do trabalho e as mudanças específicas no seu processo. “A revolução tecnológica da última geração tem florescido, sobretudo nas instituições menos presas a formas centralizadas de controle. Esse crescimento certamente tem um preço alto: desigualdades econômicas cada vez maiores e instabilidade social” (SENNET, 2006, p. 12).

As principais mudanças ocorridas no mundo do trabalho são oriundas das profundas transformações na estrutura produtiva do capitalismo, em sua materialidade, bem como em seu campo mais subjetivo, político e ideológico. A crise predominante fez com que o capital impusesse um longo processo de reestruturação em busca da recuperação de seu ciclo de reprodução, afetando o mundo do trabalho. Esta acentuação da lógica destrutiva, segundo Antunes (1998), pode ser reconhecida sob dois aspectos fundamentais:

1. O padrão produtivo Taylorista e Fordista vem sendo substituído ou alterado pelas formas produtivas, flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou Toyotismo são exemplos; e

2. O modelo de regulação social democrático, que deu sustentação ao chamado Estado de Bem-Estar Social, em vários países, vem acompanhado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social.

As formas acentuadas de reação em busca de superação da crise, citadas por Antunes (1998), por outro lado, desencadearam como conseqüências duas graves manifestações: a maior e mais intensa destruição e precarização da força produtiva e ainda, a crescente degradação na relação entre o homem e a natureza, subproduto de uma lógica de funcionamento social que prioriza a produção de mercadorias ao meio ambiente.

Assim, pode-se observar que a nova forma flexibilizada de acumulação capitalista teve conseqüências enormes no mundo do trabalho e, em especial, ao que diz respeito à classe trabalhadora, dentre as quais observa-se aquelas apontadas por Antunes:

vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados, e que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado; b) há um incremento dos assalariados médios e de serviços, o que possibilitou um significativo incremento no sindicalismo destes setores, ainda que o setor de serviços já presencie também níveis de desemprego acentuados; c) há exclusão dos jovens e pessoas de meia idade do mercado de trabalho dos países centrais (...); d) há uma inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países asiáticos, latino-americanos, etc.; e e) há uma expansão do que Marx (1978) chamou de trabalho social combinado, onde trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços. O que é evidente, não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, mas da sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada. Em outras palavras: aumentam os níveis de exploração do trabalho. (ANTUNES, 1998, p.24)

Deste modo, evidencia-se uma fragmentação da classe operária, além de uma maior complexidade e heterogeneização da mesma. Por um lado, em menor escala, criou-se o trabalhador polivalente e multifuncional da era informacional, com capacidade para operar máquinas mais sofisticadas, exercitando sua dimensão intelectual; por outro, origina-se uma massa de trabalhadores desqualificados, precarizados que hoje está se submetendo aos empregos temporários, parciais (“*part time*”), informais, ou, ainda, vivenciando o desemprego estrutural.

Deve-se reconhecer que o novo padrão tecnológico e produtivo internacional é contraditório. De um lado, abre novas possibilidades, valorizando significativamente a formação e o reconhecimento dos saberes dos trabalhadores. As novas exigências do

modelo de competência, assim como a quebra da rigidez hierárquica com relações mais horizontalizadas entre os trabalhadores, repercutem positivamente na autonomia dos indivíduos e possibilitam maiores capacidades cooperativas. Por outro lado, "fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, a flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente" (HARVEY, 1989, p.50). Este "olhar de frente" representa relações que acentuam a insegurança, ampliam a desigualdade e a exclusão social. Isto gera uma ansiedade permanente nos indivíduos, quer pela incerteza da permanência no trabalho ou por sua constante procura.

As mudanças, que afetam todo o espectro das relações sociais, bem como o quadro institucional da sociedade em que se produzem, lançam bases para distintas possibilidades de reorganização social, podendo também levar a transformações mais profundas; assim como à origem de um novo modo de produção. Tais alternativas poderão ser determinadas através do jogo de forças das pressões expressas na realidade, a partir da luta de classes como influência para a construção de uma nova história (HELOANI, 2003). No entanto o que se observa é a tendência para a flexibilização do trabalho e fragmentação das relações trabalhistas que impactam diretamente na forma como o operário enfrenta sua atividade profissional.

#### **4. A Flexibilização do Trabalho**

O trabalho está no cerne da estrutura social. O paradigma informacional e a globalização afetam a sociedade, sendo derivados da transformação tecnológica e administrativa do trabalho e das relações produtivas (CASTELLS, 2002).

O progresso técnico do mundo desenvolvido favoreceu os trabalhadores com elevada qualificação, fez aumentar o desemprego em trabalhadores menos especializados e enfraqueceu os sindicatos, devido ao desmembramento da produção a vários estabelecimentos. Ademais, as rápidas mudanças tecnológicas ocorridas neste processo implicaram na especialização flexível do trabalho (RODRIGUES, 2001).

A globalização e a transição para a sociedade informacional e a economia global implicaram a deteriorização das condições de trabalho e de vida para alguns trabalhadores. Tal degradação apresenta-se de distintas formas em diferentes contextos. Dentre eles, observa-se o aumento do desemprego; a queda nos salários; a instabilidade no emprego; o aumento do subemprego e da desigualdade; a desvalorização da mão-de-obra urbana nos países em desenvolvimento e o aumento da marginalização da força produtiva rural em países subdesenvolvidos. Soma-se a estes fatores o acirramento da concorrência e o impulso tecnológico como motivadores das novas tendências da flexibilidade do trabalho (CASTELLS, 2002). Estes aspectos resultam da flexibilização do processo produtivo, que surge como alternativa ao desemprego (FUJII e RUESGA, 2004). Entretanto, alguns estudos demonstram que não existe qualquer relação direta entre a flexibilidade das relações de trabalho e aumento de empregos (KOVACS, 2002).

A flexibilização do trabalho, o desemprego e o crescimento do mercado informal também são influenciados pelo traslado da indústria de países desenvolvidos para zonas em que os custos de produção são mais baixos (descentralização) (FUJII e RUESGA, 2004).

Esta desconcentración de la producción há derivado en el surgimento de empresas formalmente independientes a partir de una matriz, lo que permite reducir los costes salariales, dado que los contratos laborales de la empresa antes integrada no se extienden a las nuevas empresas surgidas de la fragmentación de la anterior (FUJII e RUESGA, 2004, p. 19).

No concernente a mão-de-obra, tais empresas por vezes descentralizam sua produção, através de subsidiárias a países periféricos, pois estes oferecem vantagens na radicação de indústrias destinadas ao mercado mundial. Nos países desenvolvidos, por exemplo, a força de trabalho é mais cara e melhor organizada, as exigências governamentais devem estar em acordo com diretrizes de assuntos como relações de

trabalho, tributação, segurança e saúde. Em países subdesenvolvidos o trabalho tende a ser mais barato e menos organizado, além de as normas governamentais terem menor interferência na construção de práticas da subsidiária (DOWLING e WELCH, 2005). Ou seja, são fatores que dinamizam o processo de deslocamento da produção e da oferta de uma mão-de-obra barata e abundante, a utilização de uma força produtiva pouco qualificada e a melhora do sistema de comunicação e transporte. Deve-se ressaltar que tais aspectos favorecem a fragmentação dos processos produtivos (FUJII e RUESGA, 2004; BRUNET e BELZUNEGUI, 1999).

Este movimento de descentralização do processo produtivo faz com que muitos funcionários migrem a outros países, contribuindo para a transformação da força produtiva inserida em um mercado de trabalho global (CASTELLS, 2002). Assim, Castells (2002) assegura que existe uma tendência histórica e, até, uma interdependência cada vez maior da mão-de-obra em escala global. Isto ocorre mediante três mecanismos: um emprego global, nas companhias multinacionais e suas redes associadas que migram a outros países; os impactos do comércio internacional sobre o emprego e as condições de trabalho; e os efeitos da concorrência global e de uma nova forma de gestão flexível sobre a mão-de-obra de cada país. Tais elementos fazem parte de uma nova ordem internacional do trabalho: as empresas concorrem através do mercado, juntamente com o entorno produtivo e institucional da qual pertencem. Esse processo estimula a criação de uma nova organização do sistema de cidades e regiões, de acordo com a nova divisão internacional do trabalho (BARQUERO, 2002).

Apesar de não haver um mercado de trabalho global unificado, Castells (2002) sugere a existência de uma força de trabalho com uma interdependência global em uma economia informacional. Ou seja, alguns aspectos da economia continuam locais. A maioria dos empregos e da produtividade continuará local e regional. No entanto, ainda que o capital seja global, o trabalho, em geral é local (CASTELLS, 2002; PRADO, 2001). Isto significa que a gerência do quadro funcional continuará demandando inserções locais para que a produção resulte na eficiência desejada.

De acordo com essa nova realidade, Sennet (2006) aponta que, para o ser humano conseguir prosperar em condições sociais instáveis e fragmentárias, torna-se necessário enfrentar três desafios:

1. Diz respeito ao tempo: Como cuidar de relações de curto prazo, e de si, ao mesmo tempo em que se está sempre migrando de uma tarefa para outra, de um emprego para outro, de um lugar para outro.
2. Diz respeito ao talento: Como desenvolver novas capacitações, como descobrir capacidades potenciais à medida que vão mudando as exigências da realidade.
3. Abrir mão, permitir que o passado fique para trás.

Portanto, nota-se que um dos grandes problemas é que o trabalho não deveria ser visto apenas como um resultado, mas como um processo, pondo fim a enorme subestimação de si, à excessiva exigência e à auto-exploração de seres humanos que se vêem excluídos do processo produtivo (MAIR, 2005).

As transformações que ocorreram no mundo do trabalho trazem conseqüências extremamente graves à sociedade como um todo. O conceito de empregabilidade começa a ser difundido e a responsabilidade por estar ou não empregado passa a ser do indivíduo, o que acaba acarretando sofrimento ao sujeito em questão. Ou seja, estar incluído em um trabalho formal passa a ser uma questão de desempenho individual e não mais econômico ou social. Nestes casos a individualização do sujeito passa a ser maior, fazendo com que cada funcionário vislumbre seu emprego, impedindo que haja um maior sentimento coletivo de ação, uma vez que o emprego, principalmente o formal, passa a ser "artigo" raro e deve ser mantido.

## **5. Discussões: há limites para a flexibilização?**

Uma vez que o capital encontra mobilidade econômica (DUPAS, 1999), as empresas possuem alternativas de deslocar segmentos da cadeia produtiva para outros lugares. Tais fatores desestabilizam os salários, levam a concorrência para fora da esfera local e atingem

o contexto internacional. Destes indicadores resulta a diferença de renda, crescente a cada dia; de forma que a pobreza, o desemprego e o subemprego engrossam, cada vez mais, a exclusão social. Desta forma, de acordo com Ferreira (2002), não admira o crescimento da economia informal, a precarização do emprego e a desqualificação do fator de produção do trabalho em comparação com a importância decrescente do emprego formal. O desemprego e o subemprego atingem todos os setores da economia mundial e são enfrentados tanto por países desenvolvidos quanto por países em desenvolvimento. Segundo Gallino (2002), a economia informal concentra-se em propriedades familiares, com pequena produção, uso de tecnologias antiquadas, jornada intensiva de trabalho inserida em um mercado não regulado e competitivo. Assim o setor informal se utiliza de técnicas pré-modernas ou pré-formais, onde não existem sindicatos, legislação estatal, acordo salarial, sendo uma tentativa de sobrevivência.

Um alto número de desempregados cria competição entre os próprios trabalhadores, e gera um comportamento individualista. O individualismo, aliado à decadência da cultura operária (alicerce da construção de uma identidade política e social), contribuem, conforme Dupas (1999), para o declínio das organizações do trabalho. Não obstante, favorece também a precarização de tais relações. O aumento do número de indivíduos, sem trabalho formal, potencializa as relações de exclusão social.

Para Forrester (2000), não é o desemprego em si que gera sofrimento, mas suas implicações sociais. Além disso, em uma “sociedade do consumo”, como descrito por Castel (1998), o trabalho exerce uma função importante: fornece ao sujeito uma identidade, o garante de status social. A perda do trabalho não significa somente a falta de como prover o sustento, mas de qual será seu papel na sociedade. Ademais, Morin (2001), argumenta que o trabalho é socialmente importante porque permite ao indivíduo relacionar-se com outras pessoas, dando um sentimento de vinculação. Quando o trabalhador encontra sentido em sua tarefa, quando ela é útil, importante, o motiva e satisfaz, proporciona um objetivo de vida. Corroborando as argumentações de Forrester (2000) e Morin (2001), Senett (2006), chama de “fantasma da inutilidade” o sentimento de insegurança que assombra a população em geral.

Embora os sindicatos estejam lutando e reivindicando seus direitos, a economia capitalista com sua exigência de redução de custos, otimização dos resultados e alta lucratividade para os acionistas implicará numa flexibilização do trabalho cada vez maior, pulverizando os sindicatos e dando a eles menor representatividade. Exige-se dos empregados que sejam flexíveis, adaptáveis a qualquer condição de emprego, passem a ser pluriempregados, submetendo-se a qualquer condição de emprego, sob qualquer condição de trabalho e salário (GALLINO, 2002).

Estudiosos como Pastore (1994) afirmam ser necessário flexibilizar os empregos para que as empresas possam ser mais competitivas. Segundo o autor, flexibilizando os processos de trabalho as organizações passariam a contratar mais trabalhadores. Tal afirmação é contestada por Kovacks (2002) que assegura não existir qualquer relação entre a flexibilidade das Relações de Trabalho e o aumento do número de empregos. A flexibilização das Relações de Trabalho só torna os trabalhadores mais vulneráveis aos contratos temporários e à subcontratação, destruindo e precarizando os postos de trabalho, esfacelando a legislação trabalhista, degradando as condições de trabalho, desintegrando as comunidades tácitas e impingindo excessivo volume de trabalho para os empregados “sobreviventes”, enfim, aumentando o desemprego e generalizando os contratos de trabalho. A lealdade e a segurança deixam de existir, as decisões são tomadas a curto prazo. Assim, as empresas aproveitam-se da mão-de-obra abundante no mercado, segundo Dejours (2003), para excluir os inaptos: aqueles que não possuem potencial competitivo. Ou seja, permanecem na empresa apenas os “vencedores”, trabalhadores de excelente desempenho (ENRIQUEZ, 1999). Os que permanecem trabalhando, em “gratidão” às empresas, vêem-se compelidos a apresentar desempenhos produtivos superiores, disponibilidade, disciplina e abnegação (DEJOURS, 2003).

Neste sentido, há ainda o que Sennet (2006) denomina sociedade das capacidades, na qual afirma que muitos funcionários, além da falta de emprego tem de enfrentar a



frustração provocada pelos anos de dedicação em estudos para obter uma melhor colocação no mercado. Nesta economia de capacitação, o que importa é a capacidade que o indivíduo apresenta, deixando para trás jovens formados, mas impossíveis de se empregar nas especialidades em que foram treinados. Assim, o capitalismo vai em busca de mão-de-obra onde ela é mais barata. Ou seja, por vezes os empregos abandonam países de salários altos e migram para economias que remuneram pouco, embora possuam trabalhadores capacitados e às por vezes bem preparados. As organizações argumentam que a flexibilização das Relações de Trabalho trará benefícios para os empregados como maior autonomia, gestão do tempo, melhor possibilidade de conciliar a atividade laboral com a vida familiar (KOVACKS, 2002).

As esferas que normatizavam o trabalho formal estão reduzindo-se e o Estado tem abandonado responsabilidades básicas na regulação do trabalho. Os empregados, por sua vez, a fim de manter sua subsistência, têm que se submeter aos mandos do patronato, cada vez com menor poder de barganha e sob uma total insegurança de futuro. Com a perda postos de trabalho formais, os sindicatos estão vendo reduzir o número de filiados, o que resulta na dificuldade em mobilizar as bases, e, conseqüentemente, na queda da contabilidade de greves (ARAUJO, 2000).

A fim de vislumbrar alternativas para o desemprego, Guerreiro Ramos (1983), diz ser necessário combinar de forma ótima os fatores econômicos brasileiros, no intuito de acelerar o incremento da taxa de investimento em bens de produção. A tese de Guerreiro Ramos (1983) é corroborada por Dupas (1999), que afirma ser dever das políticas públicas assegurar o crescimento econômico, ao passo que contribuem na redução da pobreza e da desigualdade. Há também autores que defendem alternativas como o terceiro setor, uma sociedade de tempos escolhidos ou multiatividades que auxiliariam na produção de renda à população (KOVACKS, 2002). Já para Rifkin (1995) os países poderiam diminuir a tarifa tributária, a fim de que os salários sejam aumentados, os tributos pagos por empresas privadas diminuam e, assim, mais empregos possam ser gerados. Na esfera privada, o autor cita as reivindicações de economistas e líderes trabalhistas por uma jornada de trabalho reduzida, o que obrigaria as empresas a contratarem um número maior de profissionais, para não prejudicar a produtividade. A Europa já conta com algumas organizações que trabalham com carga horária de 30 horas semanais. Uma redução de 20% a 5% nos salários implicaria em um aumento de 10% nas oportunidades de trabalho (RIFKIN, 1995). Além disso, Zalusky (apud RIFKIN, 1995) defende que as horas extras tenham um custo de uma vez e meia, para o dobro ou até mesmo o triplo, a fim de que o empregador contrate trabalhadores adicionais, se quiser manter a produtividade da empresa.

Embora tais alternativas pareçam viáveis, pesquisas demonstram que não há relação entre a diminuição dos encargos sociais com o aumento do trabalho. Ademais, a redução de jornada faria com que os trabalhadores tivessem uma carga cada vez mais excessiva. Com menor tempo de trabalho e conseqüente diminuição dos salários os trabalhadores teriam que conseguir diversos empregos para garantir a sobrevivência dos seus. Os empregadores, na lógica competitiva, farão com que os seus funcionários cumpram jornada extra de trabalho a fim de manter a produtividade constante.

Neste sentido, Morin (2005) aponta o conceito de ecologia da ação, ou seja os efeitos das ações não dependem somente de suas intenções, mas da conjuntura própria ao meio onde ocorrem. Assim, o chamado efeito bumerangue pode voltar-se contra as empresas. A menos que o objetivo de grandes multinacionais seja manter países sub-desenvolvidos produzindo, para consumo dos países desenvolvidos.

A coletividade está sendo suprimida pelo medo da exclusão: financeira e social. O individualismo, criado pelo fim dos empregos, fragmenta ainda mais os sindicatos. Além das perdas sofridas devido à redução dos postos de trabalho, os movimentos de base e as greves perderam força. O medo do desemprego e a perda do reconhecimento entre os pares engessam as ações sindicais que esbarram no receio operário de uma demissão em massa. Os acordos coletivos, no Brasil em muitos setores perderam força e representatividade. Quando os empregados decidem reivindicar direitos esbarram em

empresas que ameaçam mudar a fábrica de cidade ou realizar demissões coletivas. A mão-de-obra pode ser treinada e, em outro lugar, sair ainda mais barato. Desta forma, trabalhadores e sindicatos curvam-se às exigências. É melhor três mil desempregados a 22 mil. Ademais, diversos empresários afirmam que as leis trabalhistas estão engessadas, dificultam a contratação e deveriam ser flexibilizadas. No entanto, que flexibilização é necessária? Quais os direitos o trabalhador não deve ter? Licença maternidade? Férias? Repouso Semanal? Jornada limitada?

Uma alternativa para a mão-de-obra pouco qualificada reside no terceiro setor, que vem crescendo nos últimos anos. Todavia ele depara-se com falta de representatividade, uma vez que tais ocupações não estariam regulamentadas pela legislação e seus integrantes não têm acesso a qualquer um dos benefícios inscritos nos empregos formais, a menos que contribuam de forma autônoma. Outra suposição seria o desenvolvimento do setor terciário e quaternário, como educação e lazer. No entanto, o consumo destes serviços demanda capital investido na economia primária e secundária. Não há condições de movimentar apenas setores alternativos como a prestação de serviços sem o fortalecimento industrial e uma classe trabalhadora deste setor injetando recursos.

Outra alternativa plausível para uma maior contratação, seria a redução de impostos trabalhistas por parte dos governos. Não a parte que cabe aos trabalhadores, mas àquela que é devida ao Estado. Com uma carga tributária menor, muitas empresas teriam a oportunidade de contratar funcionários que necessitam, mas que resistem, pois as taxas tributárias são proibitivas. Neste caso, o governo arrecada menos, mas permite que mais pessoas tenham acesso a emprego formal, fortalecendo o número de filiados sindicais.

Enquanto houver um país pobre a espera de uma grande empresa, que possibilite acesso a uma folha de pessoal mínima, com subsídios e isenção de impostos, submetendo-se a todas as reivindicações das multinacionais, não haverá como reduzir a jornada, exigindo maior geração de empregos e dificilmente os sindicatos convencerão os trabalhadores a participar de seus movimentos. Enquanto houver o desmantelamento de grande parte do setor público de países em desenvolvimento e a desregulamentação dos mercados de trabalho sugeridas pelo FMI e OCDE e a nova forma de organização das multinacionais, através das empresas maquiadoras, haverá a perda de postos formais e o incremento do trabalho informal (GALLINO, 2002). Enquanto houver estudiosos como Pastore (1994) que argumentam que o patronato sustenta altas taxas de impostos trabalhistas que oneram a produção, ao invés de olhar para os altos tributos cobrados pela produção e circulação de mercadoria haverá margem para o questionamento dos empresários sobre os direitos trabalhistas.

As lutas sindicais ao longo da história permitem comprovar a força coletiva dos trabalhadores. Embora o desemprego seja crescente os operários possuem alto poder de barganha. Será necessária a formação de uma consciência coletiva, de que são os próprios trabalhadores os detentores do conhecimento e aqueles que podem exigir mudanças ou leis em esferas globais que impeçam certos abusos e regulem as relações de trabalho de forma mais humana, não substituindo homens por máquinas, nem forçando trabalhadores chineses a exaustão em jornadas de 24 horas. O medo deve dar vazão a sentimentos de mudanças, que ocorrerá através de uma mobilização coletiva e nacional. Só assim, o trabalhador poderá usufruir do seu trabalho. Os sindicatos já provaram sua capacidade de conquistas devem reforçá-las, mobilizando-se e gerando integração nacional, com um menor número de entidades sindicais, mas mais unidas. Além disso, as Negociações Coletivas devem ocorrer de forma menos descentralizada, com benefícios sendo estendidos a todos os integrantes da categoria.

Em última instância ou o mundo muda, ou os trabalhadores tomam consciência de sua importância coletiva, quebra-se o paradigma de redução de custos e maximização de resultados a qualquer preço, ou se observará o aumento da fragmentação sindical com perda de todas as suas conquistas históricas, deixando o trabalhador à margem de um sistema desigual.

## **6. Considerações Finais**

O objetivo deste estudo foi verificar a influência do capitalismo nas relações de trabalho. O viés mais crítico sugere alertar o que muitos estudiosos vêm propagando: a fragmentação cada vez mais evidente das relações de trabalho e a importância crescente das empresas, principalmente as multinacionais.

As transformações que ocorreram no cenário mundial trazem conseqüências extremamente graves à sociedade. As empresas buscam por novos mercados ou por valores que agreguem vantagens competitivas que reduzam os custos e que, conseqüentemente, irão alterar as relações de trabalho. Isso é dinamizado pela globalização, fazendo com que os processos produtivos e a comunicação entre as organizações e suas unidades ocorram de forma ágil.

A globalização e a transição para a sociedade informacional e a economia global implicaram em uma notória deteriorização das condições de trabalho e de vida para alguns trabalhadores. Portanto, o conceito de empregabilidade começa a ser difundido e a responsabilidade por estar ou não empregado passa a ser do indivíduo, o que acaba acarretando um sofrimento extremo ao sujeito em questão, sentindo-se este o culpado por sua “inutilidade” perante os demais. E mesmo os poucos que conseguiram estabelecer-se no mercado, convivem com a incerteza e a angústia de se no final do dia não serão substituídos por uma mão-de-obra mais barata.

A flexibilização das relações de trabalho faz com que trabalhadores tornem-se mais vulneráveis aos contratos temporários e a subcontratação, destruindo e precarizando os postos de trabalho, esfacelando a legislação trabalhista, degradando as condições de trabalho, desintegrando as comunidades tácitas e impingindo excessivo volume de trabalho para os empregados “sobreviventes”, enfim, aumentando o desemprego e generalizando os contratos de trabalho, que cada vez menos beneficiam os trabalhadores.

Enquanto o mundo operar sob a lógica capitalista, as empresas buscarão cada vez mais redução de custos e maximização dos resultados. Com o excesso de mão-de-obra provocado pelo incremento tecnológico, os trabalhadores passam a se submeter aos desmandos do capital e a trabalhar por quantias ínfimas, permitindo a flexibilização do trabalho, já que não há muitas alternativas de subsistência. Ademais, em países do terceiro mundo, onde a mão-de-obra é pouco escolarizada e qualificada vêm aglomerando cada vez mais desempregados. Máquinas têm ocupado o lugar de diversos trabalhadores que, sem qualificação migram para o emprego informal. Além disso, o operário sem trabalho é marginalizado, excluído da sociedade. O reconhecimento social da atividade produtiva é importante para a auto-estima e a valorização do indivíduo. O pertencimento social perpassa pelo trabalho, algo que ultrapassa a questão de subsistência. Desta forma, com a sobrevivência e o reconhecimento individual em jogo, os trabalhadores passam a ter atitudes isoladas, visando à manutenção do emprego. Nestes casos o desemprego passa a ser fonte de sofrimento de exclusão de um mundo produzido para o consumo.

Ademais, nota-se que a competitividade das empresas globais exigem cada vez menos operários. Observa-se o crescimento destas empresas no cenário global, onde a aquisição de multinacionais tem sido freqüente, seguindo até mesmo para a cartelização de alguns setores. Onde há poucas empresas concorrendo, há mais facilidades em formar cartéis. O que ocorre é que a constante redução de custo e o aumento do desemprego atentam para outra realidade. Em uma sociedade com elevadas taxas de desemprego quem serão os consumidores? Como será injetado dinheiro nesta economia? Como as multinacionais manterão seu elevado consumo ou mesmo atenderão às demandas dos consumidores? Até que ponto a mão-de-obra pouco qualificada, de países em desenvolvimento, movimentam a economia?

Espera-se que os questionamentos e as reflexões descritos suscitem a discussão entre os pesquisadores, a fim de que novas alternativas possam ser estruturadas. Os empregados devem ter consciência de sua força coletiva e de sua importância para a sociedade em geral e os empregadores devem atentar para a necessidade da força produtiva não só na consecução de seus objetivos, mas também no consumo de seus produtos. Isto é o mais importante. Sem emprego não há consumidores e não há dinâmica econômica. Neste sentido, qual será a razão das empresas? Ademais tais reflexões podem

ajudar na busca por soluções que amenizem a desigualdade que impera no mundo e que se alastra diariamente.

## 7 Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. **Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho**. In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, no. 50, Ano XVII, abril de 1996.
- \_\_\_\_\_, R. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho**. 5. ed - São Paulo: Cortez, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BRUNET, Ignasi e BELZUNEGUI, Angel. **Estratégias de empleo y multinacionales: tecnología, competitividad y recursos humanos**. Barcelona: Icaria, 1999.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6° ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. 10.ed. São Paulo: Ática, 1994.
- DEJOURS, Christophe. **A Banalização da Injustiça Social**. 5° ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- DIAS, E. C. **Reestruturação Produtiva: forma atual da luta de classes**. In: Outubro. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. Maio 1998, no. 01, São Paulo: Xamã, p. 45-52. ed. Mason: Thompson, 2005.
- DOWLING, Peter; WELCH, Denice. **International Human Resource management**. 4
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ENRIQUEZ, Eugène. Perda do Trabalho, Perda da Identidade. In.: NABUCO, Maria Regina; CARVALHO NETO, Antônio. (orgs.). **Relações de Trabalho Contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT da PUC de Minas Gerais. 1999. FISCHER,
- FERREIRA, José Maria Carvalho. **Trabalho e Sindicalismo no contexto da globalização**. SOCIUS. Universidade Técnica de Lisboa . 2002.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. 6° ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- FUJII, Geraldo; RUESGA, Santos (org). **El trabajo en un mundo globalizado**. Madrid: Pirâmide, 2004.
- GALLINO, Luciano. La informalización del trabajo em los países desarrollados: cómo y por qué las condiciones de trabajo en el norte se están aproximando, a la baja, a las del sur. In: **Sociología del Trabajo**, nueva época, num. 45, primavera 2002.
- GIDDENS, Anthony. **Runaway World: How Globalization is reshaping our Lives**. Routledge, London, 2000.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- HELOANI, José Roberto. **Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. **O novo século**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HUMPHREY, John. **Fazendo o "milagre"**. Petrópolis. Vozes/Cebrap. 1982.
- JAMESON, Frederic. Notas sobre a globalização como questão filosófica. In. Prado, José; Sovik, Liv (org.) **Local Global e Local Nenhum: ensaios sobre democracia e globalização**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.
- KOVÁCS, Ilona. Cómo hacer visible el trabajo que el discurso dominante oculta. In: **Sociología del Trabajo**, nueva época, num. 45, primavera 2002.
- LAMAIRE, Jean-Paul. **Estratégias de Internacionalização**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- LASH, Scott. **Economías de signos y espacios: sobre el capitalismo de la posorganización**. Buenos Aires: Amorrortu, 1998.

MAIR, Judith. **Chega de oba-oba**: porque desempenho e disciplina rendem mais que inteligência emocional, espírito de equipe e soft skill. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATTUELLA, Juvir. Concorrência e vantagem competitiva. In: Série documentos para estudo: PPGA, Porto Alegre, n. 7, 1994.

MORIN, Estelle M.; Os Sentidos do Trabalho. In.: **Revista de Administração de Empresas – RAE**. V. 41, N.3, Jul/Set 2001.

PASTORE, José. **Flexibilização dos Mercados de Trabalho e Contratação Coletiva**. São Paulo: LTR, 1995.

POCHMANN, Márcio. Sindicalismo Patronal Brasileiro: auge e declínio. In.: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 12. n.1. 1998.

POCHMANN, Márcio. **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, Márcio; BARRETO, Reginaldo Muniz; MENDONÇA, Sérgio Eduardo Arbulu. Ação Sindical no Brasil: transformações e perspectivas. In.: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 12, n. 1. 1998.

PORTER, Michael. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

\_\_\_\_\_. A vantagem competitiva das nações. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron, 1995.

RODRIGUES, Adriano. Para uma genealogia do discurso da globalização da experiência. In: Prado, José; Sovik, Liv (org.) **Local Global e Local Nenhum: ensaios sobre democracia e globalização**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SASSEN, Saskia. Território e territorialidade na economia global. In: João Barroso (org.). **Globalização e Identidade Nacional**. São Paulo: Atlas, 1999.

SENNET, Richard. **A Cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark; PARNELL, John. **Administração estratégica**: conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.